

As reformas administrativas marítimas do governo Xi Jinping: lançando luz sobre a formulação de política externa chinesa para o mar

Rita de Cassia Oliveira Feodrippe,
Mestra em Estudos Marítimos pela Escola de Guerra Naval,
Bacharel em Relações Internacionais pela UFF
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4924727976895933>

Resumo

A pesquisa investiga as reformas administrativas pelas quais a burocracia marítima chinesa passou nos anos de 2013 e 2018. O intuito é entender os motivos por que a China vivenciou esses dois processos de mudança em tão pouco tempo – uma vez que o governante, Xi Jinping, permaneceu o mesmo. Trabalha-se a hipótese de que essas reformas não espelham alterações significativas na alta cúpula decisória que elabora diretrizes sobre o tema; entende-se, na realidade, que tais “testes” de rearranjos administrativos e institucionais são expressões do pragmatismo chinês no contexto de sua política externa. Tendo em vista a quantidade e a diversidade de atores envolvidos em tal burocracia, uma melhor compreensão acerca de seus interesses e movimentos pode iluminar oportunidades e desafios associados com a formulação da política externa chinesa para o mar. Parte-se da premissa de que há uma dificuldade natural e inerente quanto ao entrosamento dos diferentes atores institucionais que elaboram e executam as políticas marítimas *na* e *da* China, mesmo que esses agentes entendam que estão seguindo as diretrizes estratégicas das estâncias governamentais superiores. Considerando a relevância da liderança política do país nessa temática, é necessário ressaltar que existe um histórico da relação do presidente chinês com os temas do mar. Antes mesmo de assumir como secretário geral do Partido, Xi foi nomeado diretor do Pequeno Grupo de Liderança em Direitos e Interesses Marítimos (em inglês, *Maritime Rights and Interests Leading Small Group*), estabelecido por Pequim em 2012, e posteriormente integrado à Comissão Central de Assuntos Externos (2018). Assim, a excessiva fragmentação da autoridade marítima chinesa – ou seja, do ente governamental que dirige o posicionamento do país em questões fundamentalmente associadas com os oceanos – pode ser um obstáculo ao melhor direcionamento que a liderança comunista deseja dar às suas estratégias no mar. Isso pode gerar impacto direto nas questões sensíveis de política externa e segurança internacional que afetam a China, desde as disputas territoriais nos mares do Leste e do Sul, passando pela Rota Marítima da Seda do Século XXI, até as

operações de além-mar realizadas pela Marinha chinesa (em inglês, *People's Liberation Army Navy* – PLAN). As implicações podem afetar, além disso, aspectos mais amplos, como: as políticas públicas chinesas para a exploração econômica e sustentável dos recursos do mar; a pesquisa científica marinha realizada em águas internacionais e nos polos (Ártico e Antártico); e mesmo os esforços de Pequim para a preservação do meio ambiente marinho, costeiro e litorâneo. Este trabalho se pretende, portanto, como um primeiro portal de entendimento para a comunidade acadêmica sinófila do Brasil, cujos interesses de alguma forma se relacionem, por um lado, com política externa chinesa e, por outro, com a atuação estratégica da China no domínio marítimo.

Palavras-chave: China. Reforma Marítima. Política Externa. Xi Jinping. Mar.